

Plano de Desenvolvimento Social



Plataforma Supra-Concelhia do Baixo Alentejo

Índice

0. Nota Introdutória

1. Riscos

1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos

1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças

1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias

1.4. Risco 4: Desvantagens na educação/ formação

1.5. Risco 5: Discriminação de pessoas com deficiência, minorias étnicas e imigrantes

2. Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação

2.3. Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência, minorias étnicas e imigrantes

0. Nota Introdutória

O Programa da Rede Social enquanto medida de política social activa, impulsionou de forma progressiva no território continental, um trabalho de parceria para a implementação de uma metodologia de planeamento estratégico da intervenção social local. Volvidos os primeiros anos desta experiência e de forma a permitir uma harmonização quer nos modelos de organização e funcionamento, quer nos processos de planeamento, o Decreto-Lei 115/2006 de 14 de Junho veio regulamentar o exercício desta parceria alargada – Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) - que se pretende cada vez mais activa. A constituição das Plataformas Territoriais, enunciadas no art. 32 do DL referido, em geral e no seu n.º 2 em particular, advém da preocupação de reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais a um nível supraconcelhio.

A Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo (PSCBA) foi constituída no dia 15 de Dezembro de 2006. De acordo com o referido Decreto-Lei, as plataformas têm um âmbito territorial equivalente às NUT III, integrando os diferentes parceiros enunciados no n.º 1, alíneas *a)* a *e)*, sendo coordenadas pelo Director do Centro Distrital de Segurança Social ou seu representante, que abranja o maior número de concelhos. A PSCBA abrange todos os concelhos do distrito de Beja, com excepção de Odemira, que integra a Plataforma Supraconcelhia do Litoral Alentejano.

Em reunião da PSCBA realizada em Março de 2007, foi deliberado pelos parceiros a aprovação de uma proposta de instrumentos de planeamento, monitorização e informação a adoptar neste território. Entendeu-se que a acção da Plataforma deve orientar-se por um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e que a estrutura de relatório do PDS, quer da PSCBA quer dos CLAS, deve ser simples e sistematizada. A proposta assenta em cinco princípios fundamentais: harmonização dos diferentes instrumentos de planeamento, simplificação, quantificação das medidas, equilíbrio entre prioridades nacionais e especificidades locais, abordagem intersectorial. Propõem-se 3 pontos principais:

1. Riscos: identifica e caracteriza resumidamente as principais problemáticas do território.
2. Prioridades: sistematiza as prioridades de acção, os objectivos gerais, as medidas, os objectivos específicos, as metas, os indicadores, os responsáveis, a calendarização e os instrumentos de financiamento.
3. Anexos: integra toda a informação relevante com interesse para o conhecimento específico do território – indicadores sociais, análises swot, estudos específicos, etc.

É importante que, progressivamente, todos os concelhos ajustem os Planos de Desenvolvimento Social locais a esta nova estrutura, no sentido de assegurar uma ligação entre os

instrumentos dos diferentes níveis de planeamento. Interessa também garantir a sincronização na calendarização dos planos – PDS locais, PDS supraconcelhio e Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

Haverá lugar à monitorização da evolução da execução das metas, por parte da Segurança Social, com o apoio dos restantes parceiros. A recolha dos dados será trimestral e destina-se a ser apresentada em todas as reuniões da Plataforma.

A Inexistência de um grande número de indicadores desagregados até ao nível local ou mesmo das NUT III, constitui um constrangimento evidente na caracterização dos riscos sociais à escala da nossa dimensão territorial. Importa envolver todos os parceiros da Plataforma e, em simultâneo, articular com a Coordenação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, o aprofundamento do sistema de indicadores sociais relativo a este território.

1. Riscos

1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos

“A população idosa é o grupo populacional que vive em maior risco de pobreza. Em 2004, 29% viviam em risco de pobreza (30% de mulheres, 29% de homens) face a 21% da população total. A composição do agregado familiar permite verificar que as famílias com idosos constituem as situações mais vulneráveis: em 2004, as famílias constituídas por um idoso isolado (41 %) e as famílias com dois adultos em que pelo menos um tem 65 ou mais anos (31 %) constituíam as situações mais preocupantes.

A condição de reformado revela um risco de pobreza bastante mais elevado por relação aos indivíduos que estão a trabalhar, respectivamente 26% contra 13 %, em 2004. Em 2001, a distribuição do rendimento monetário equivalente médio dos mesmos apresentava níveis inferiores aos da população portuguesa, ainda que se tenha sentido, entre 1995 e 2001, uma melhoria da situação monetária das pessoas idosas de mais baixos rendimentos e dos de classe média de rendimentos. Cerca de 66% tinham rendimentos mensais inferiores à média nacional. Apesar da melhoria sustentada assegurada pelo sistema de segurança social, em particular, do sistema de pensões, desde a segunda metade da década de 90, prevalecem situações extremamente vulneráveis de idosos que vivem de pensões com valores muito baixos.

A perda de autonomia, o isolamento social, as más condições habitacionais e o difícil acesso a serviços de saúde e/ou de apoio social, reforça as vulnerabilidades dos mais velhos” (PNAI 2006-2008).

Segundo dados do INE (Anuário Estatístico de 2005), todos os concelhos da PSCBA têm um índice de envelhecimento superior à média nacional (111,2%). A média dos concelhos da PSCBA situa-se nos 177,9%, sendo que, existem concelhos com valores bem mais elevados – Mértola (323,3%), Ourique (288,3%) ou Almodôvar (243,7%). O índice de dependência de idosos é no território da PSCBA de 38,2% perante 25,0% do território nacional.

Outro indicador importante reporta-se aos idosos isolados, que atinge nos concelhos da PSCBA um valor de 26,1%, perante 17,1% da média de Portugal Continental (INE, Censos de 2001).

1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças

“São as famílias com crianças, em particular as mais numerosas, que têm uma maior incidência de privação (em 2001, cerca de 16% das famílias com um ou dois adultos com crianças estão em risco de privação face a 19% das famílias em geral), sendo precisamente estas as que constituem os principais beneficiários do Rendimento Social de Inserção” (PNAI 2006-2008). Em 2006, os beneficiários do RSI com idade igual ou inferior a 18 anos face ao número total, representou no distrito de Beja 44,5 %, face a 40,5 % da média nacional (SESS, ISS I.P.).

“Prevalecem ainda outros riscos que colocam em causa o pleno desenvolvimento das crianças e a sua própria segurança. Por exemplo, situações de abandono e de negligência, maus-tratos, exposição a modelos de comportamento desviante, trabalho infantil, bem como outro tipo de situações ou actividades que sujeitam as crianças a comportamentos que afectam a sua segurança, saúde, educação e formação” (PNAI 2006-2008).

Tendo presente os dados do Relatório de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano de 2006, existiam no distrito de Beja, no final do ano, 7 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Barrancos, Beja, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira e Ourique), com 432 processos abrangendo 468 crianças. O escalão etário dos 0 – 5 anos representava 31% de situações intervencionadas pelas CPCJ, seguindo-se o escalão etário dos 5-10 anos (26 %). As problemáticas mais frequentes eram, respectivamente, a negligência (23,46%), a exposição a modelos de comportamento desviante (22,35%), o abandono escolar (20,67%), os maus tratos físicos (9,50%), os maus tratos psicológicos (8,38%) e o abandono (7,82%).

“A protecção social às famílias tem assumido um papel essencial na melhoria do bem-estar das crianças. Contudo, as famílias, nomeadamente as mais jovens, enfrentam actualmente novos desafios resultantes, sobretudo, da dificuldade de conciliar a actividade profissional dos pais com o cuidados dos filhos, da multiplicidade de formas de vida familiar existentes e das novas exigências do novo estatuto da criança, pelo que se torna fundamental dinamizar serviços e respostas sociais que lhes assegurem o bem-estar” (PNAI 2006-2008).

1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias

Segundo o estudo realizado em 1995 pelo Departamento de Estatísticas do ex-Ministério do Emprego e Solidariedade Social sobre “A caracterização da pobreza em Portugal”, 18,3% das famílias portuguesas do Continente são pobres, e 4,8% são muito pobres, sendo que estas situações apresentavam o seu valor mais elevado no distrito de Beja, com 36,8% e 12% respectivamente.

Os factores condicionantes da maior parte das situações de pobreza do distrito de Beja são as reformas/pensões baixas, o desemprego e os baixos salários. A doença aparece quase sempre aliada a alguns deles.

Tendo presente os dados do INE, Censos 2001, a NUT III do Baixo Alentejo apresenta uma percentagem menor de famílias monoparentais que o Continente – 7,0% perante 8,2%. Porém, o valor percentual de famílias com netos é superior no Baixo Alentejo (1,0%) face ao continente (0,7%).

Em Portugal Continental existem 101 656 agregados familiares com Rendimento Social de Inserção, abrangendo 269 548 beneficiários. Em termos de percentagem, 2,7% da população residente no continente é beneficiária de Rendimento Social de Inserção. Relativamente à NUT III do Baixo Alentejo a percentagem equivalente ao nº de beneficiários da medida corresponde a 2,5%.

Presentemente no distrito temos 2 391 agregados familiares incluídos na medida, abrangendo 7 357 beneficiários. Relativamente à NUT III o número de agregados familiares de RSI é de 2 098, correspondendo a 6 607 beneficiários. Verifica-se que 4,9% da população residente na NUT III é beneficiária de RSI.

Cerca de 44,1% dos beneficiários no distrito de Beja têm idade igual ou inferior a 18 anos e mais de metade (52,7%) têm até 24 anos de idade. Os beneficiários de RSI com mais de 65 anos representam apenas 4,2%.

Esta realidade permite perceber a importância desta problemática. É obviamente uma questão estrutural no combate à exclusão social e que passa pelo envolvimento de diversos sistemas e agentes sociais.

1.4. Risco 4: Desvantagens na Educação/Formação

“Em 2004, 79,9% das crianças de 4 anos frequentavam a educação pré-escolar (comparativamente a 85,8% na UE), representando um crescimento de cerca de 47% face a 1995. (..) Também as taxas de escolarização subiram de forma significativa, observando-se que a percentagem de jovens com 18 anos integrados no sistema educativo mais do que duplicou, passando de 30% para 62% entre 1991 e 2001. No entanto, Portugal mantém-se a uma distância considerável da média dos países da UE.

Mais progressos são observáveis especialmente nos jovens de 20-24 anos que completaram pelo menos o nível de ensino secundário (ISCED 3) que passou de 44,2%, em 2002, para 49%, em 2004, embora ainda distantes dos 76,7% da UE25 na mesma data. Observou-se, igualmente, uma redução da taxa de saída escolar precoce de 45,1%, em 2002 para 39,4%, em 2004 e para 38,6%, em 2005. (...) Em 2005, 38,6% de jovens de 18-24 anos abandonaram o ensino com a escolaridade obrigatória (ISCED 2) ou menos e não frequentaram qualquer acção de educação ou formação (46,7% rapazes e 30,1% raparigas). Na UE25 eram 15,2% (17,3% rapazes e 13,1% raparigas). (...)

Analisando as taxas de conclusão/transição do ensino básico no ano lectivo 2002/2003 é possível constatar que: no 1.º ciclo situava-se em 92,4%, ligeiramente superior ao ano lectivo de 1994/95; no 2º ciclo era de 85,2%; e no 3.º ciclo representava 80,9%. A visibilidade do insucesso é mais expressiva no ensino secundário, na medida em que a taxa de transição/conclusão foi de 66,2% em 2003/2004.

Importa, contudo, salientar o reforço efectuado em termos de vagas em cursos de natureza profissionalizante no sentido de inverter a situação actual de baixos níveis de escolarização. O aumento do número de vagas é visível no que se refere aos cursos de educação e formação, pois nos dois últimos anos lectivos (2004/05 e 2005/06) o número de cursos aumentou de 235 para 470 na rede de escolas do Ministério da Educação.” (PNAI 2006-2008). Na NUT III do Baixo Alentejo em 2006/2007 estão decorrer 26 cursos de educação/formação abrangendo 339 alunos.

“A situação actual evidencia que parte destes jovens continuam a deixar o sistema de ensino com baixos níveis de escolaridade e/ou sem qualquer tipo de formação, partindo para o mercado de trabalho em posição de desvantagem.

Potenciam o risco de reprodução de gerações pouco qualificadas, com baixos salários provenientes de empregos desqualificados e com acrescidas dificuldades de reinserção no mercado de trabalho perante situações de desemprego.” (PNAI 2006-2008).

De acordo com dados do INE, a taxa de desemprego no 1.º trimestre de 2007 era de 9,5% no Alentejo face a 8,4% a nível nacional. Em 2004, segundo a mesma fonte, a taxa de desemprego de longa duração era superior no Alentejo (2,88%) perante a realidade nacional (2,28%).

“Em 2005, 73,8% da população desempregada com idades entre os 15-64 anos (77,9% de homens e 70,0% de mulheres), possuía níveis de escolaridade até ao ensino básico (3.º ciclo) e 15,4% o ensino secundário. Quanto aos níveis de escolaridade dos DLD, em 2005, verificava-se que: 4% não possuía qualquer nível de escolaridade; 31.7% tinha o 1.º Ciclo EB; 21.1% o 2.º Ciclo EB e 22.1% o 3.º Ciclo EB.

Os níveis de escolaridade da população empregada (15-64 anos), embora globalmente baixos, são um pouco mais elevados quando comparados com os da população desempregada. Em 2005, 72,1% possuíam um nível de escolaridade até ao 3º Ciclo EB (76,2% de homens e 67,3% de mulheres).(...) Relativamente à frequência de acções de formação ao longo da vida (ALV), a proporção de indivíduos entre os 25-64 anos, corresponde a 4,8% contra 9,9% na UE25 e 10,6% na UE15, em 2004. No entanto, 44% das pessoas entre os 25-64 anos participaram em algumas actividades de ALV durante 2003, enquanto a média da UE para a mesma data se situava nos 42%.” (PNAI 2006-2008).

1.5. Risco 5: Discriminação de Pessoas com Deficiência, Imigrantes e Minorias Étnicas

De acordo com os censos de 2001, a percentagem de pessoas com deficiência a residir no distrito de Beja era muito semelhante aos valores nacionais (6,14%). “Em 2001, a taxa de analfabetismo entre a população com deficiência é mais acentuada que no total da população (respectivamente 23% e 8,9%). São, em maioria, pessoas economicamente inactivas (71%) e apenas 29% possuem uma actividade económica. O principal meio de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade com mais de 15 anos é a pensão/reforma (55,2%), reflectindo uma situação inversa à da população total, cujo principal meio de subsistência provém do trabalho (52,6%). De realçar o elevado número de pessoas com deficiências ou incapacidades “a cargo da família”. (PNAI 2006-2008)

Os valores da deficiência mental e da paralisia cerebral no distrito de Beja (11% e 2,3%) são praticamente iguais aos que se verificam no continente. Apenas na deficiência mental, o distrito de

Beja se destaca com algum significado, com um valor de 30,6 %, perante 25,8% do Continente (Censos 2001).

O distrito de Beja apresenta uma taxa de cobertura superior nas diversas valências face à panorâmica nacional. A valência, Centro de Actividades Ocupacionais, representa 29,25% de cobertura face a uma taxa de 18,25% a nível nacional. Nas valências de Lar Residencial e Apoio Domiciliário são, respectivamente, de 0,97% e 1,5% no distrito de Beja para 0,69% e 0,16% no Continente.

“Diversas circunstâncias fazem dos imigrantes um outro grupo particularmente vulnerável à exclusão social. Entre outras causas, destacam-se as baixas qualificações, ou, quando possuem qualificações mais elevadas não fazem delas uso no mercado de trabalho. (...) O abandono escolar dos alunos nacionais e estrangeiros são diferenciados, em desfavor dos últimos. A proporção de alunos nacionais que desistia no decurso do ensino básico e secundário no ano lectivo 2000/2001 era de 3,1% e 10% no caso dos alunos estrangeiros. Esta é uma diferença que aumenta com a transição do ensino básico para o ensino secundário, onde no ano lectivo 2000/2001 42,6% dos alunos estrangeiros estão em situação de saída precoce, contra 13,2% dos alunos nacionais. (...) Os imigrantes com qualificações médias e superiores apresentam taxas de emprego superiores aos congéneres com baixos níveis de escolaridade, contudo quando comparados com os nacionais, constata-se que participam na fatia do mercado de trabalho desqualificado, o que revela desigualdade no acesso aos empregos mais

Qualificados”. (PNAI 2006-2008)

Subsiste na sociedade portuguesa uma visibilidade fortemente negativa relativamente à comunidade cigana. Apesar da sua presença secular entre nós e de ser constituída por cidadãos portugueses de pleno direito, permanece ainda como um grupo desconhecido e pouco reconhecido. No distrito de Beja, embora presentes em todos os concelhos, concentram-se sobretudo em Moura, Serpa e Beja. As formas de exclusão de que esta comunidade é alvo fazem-se sentir, sobretudo, nos domínios do acesso à educação, emprego, formação e habitação.

2. Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.1.1.1.	Promover a melhoria das condições de vida das famílias	Rendimento Social de Inserção	Garantir que 90 % dos beneficiários de RSI estabeleçam acordos de Inserção	% de agregados familiares com acordos de Inserção celebrados	90%	N.º de agregados familiares RSI com acordo de inserção celebrado/n.º total de agregados familiares RSI	Segurança Social	NLIs	2007	2009	
1.1.1.2.			Garantir a presença de todos os representantes em 90% das reuniões realizadas anualmente	% de reuniões realizadas com a presença de todos os representantes	90%	N.º reuniões realizadas com todos os representantes/ total de reuniões realizadas	Segurança Social	NLIs	2007	2009	
1.1.1.3.			Garantir a avaliação em instrumentos próprios de 75% das Acções de cada uma das Áreas de Inserção (no final da acção ou no momento do incumprimento)	% de Acções (de cada uma das áreas de inserção) sujeitas a avaliação	75%	N.º de Acções sujeitas a avaliação/ total de Acções (de todas as áreas de inserção)	Segurança Social	NLIs	2007	2009	
1.1.2.1		Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Garantir que 8 concelhos disponham de Serviços de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Nº de concelhos com Serviços de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental criados	8	Existência de SAFAP (Sim/Não)	CLAS	Segurança Social	2007	2009	
1.2.1.1.	Promover a melhoria do acesso e as condições de habitação	Projecto Piloto de requalificação habitacional da população idosa	Garantir a intervenção em 144 habitações de pessoas idosas com Serviço de Apoio Domiciliário	Nº de habitações de pessoas idosas com Serviço de Apoio Domiciliário sujeitas a intervenção	144	Nº de habitações de pessoas idosas com Serviço de Apoio Domiciliário sujeitas a intervenção	Autarquias	Parceiros Locais	2007	2008	MTSS

2. Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.3.1.1.	Reforçar a protecção de crianças e jovens em risco	Desinstitucionalização de crianças e jovens	Garantir uma taxa anual de desinstitucionalização de 12,5%	Taxa anual de desinstitucionalização	12,5%	N.º de crianças desinstitucionalizadas / N.º de crianças institucionalizadas	Segurança Social	Parceiros Locais	2007	2009	MTSS
1.3.2.1.		Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Serpa, Aljustrel, Almodôvar e Alvito)	Garantir a constituição de CPCJ em todos os concelhos	Comissões de protecção de crianças e jovens criadas por concelho	13	Existência de CPCJ (Sim/Não)	Autarquias	Parceiros Locais	2007	2009	MTSS
1.3.3.1.		Núcleos de Apoio à Criança Vítimas de Maus Tratos	Criar Núcleos de Apoio à Criança Vítima de Maus-tratos em, pelo menos, 10 concelhos da Plataforma	N.º de concelhos com Núcleos de Apoio à Criança Vítima de Maus-tratos criados	10	NACVMT (Sim/Não)	ARSA	CPCJ	2007	2009	MS
1.4.1.1.	Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias	Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Garantir que 100% das escolas do 1º Ciclo do E.B. disponibilizem diariamente a todas as crianças uma refeição escolar	% de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico que disponibilizam diariamente a todas as crianças uma refeição escolar	100%	N.º Escolas do 1.º Ciclo do E.B. que disponibilizam diariamente refeição escolar / n.º total de Escolas do 1.º Ciclo do E.B.	DREA		2007	2009	ME

2. Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

Nº.	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.5.1.1.	Reforçar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio	Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais	Aumentar a capacidade existente nos Equipamentos Sociais da respectiva Rede, em relação a 31/12/2006	% de aumento da capacidade das Creches	10%	Capacidade das Creches a partir de 2007	Instituições Locais	Segurança Social	2007	2009	Programa PARES Privados
				% de aumento da capacidade dos Centros de Dia	3%	Capacidade dos Centros de Dia a partir de 2007					
				% de aumento do Serviço de Apoio Domiciliário	3%	Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário a partir de 2007					
				% de aumento da capacidade dos Lares de Idosos	5%	Capacidade dos Lares de Idosos a partir de 2007					
1.5.2.1.	Rede de Cuidados Continuados Integrados	Criar na Rede de Cuidados Continuados Integrados, nas unidades de internamento, até 2009	Número total de camas criadas em U.M.D.	10	Número de camas criadas em U.M.D. a partir de 2007	ARSA e Segurança Social	ARSA e Segurança Social	2007	2009	MS MTSS	
			Número total de camas criadas em U.L.D.	51	Número de camas criadas em U.L.D. a partir de 2007						
			Número total de camas criadas em Unidades de Convalescência	20	Número de camas criadas em Unidades de Convalescência a partir de 2007						
			Número total de camas criadas em Unidades de Cuidados Paliativos	10	Número de camas criadas para em Unidades de Cuidados Paliativos a partir de 2007						

2. Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.6.1.1.	Melhorar o rendimento das famílias mais fragilizadas	Complemento Solidário para Idosos	Garantir a todos os idosos com 65 e mais anos e com baixos recursos, uma prestação monetária que garanta um rendimento global mínimo de 4800,00€/ano (valor para 2008 - C.S.I.)	N.º de beneficiários CSI activos/População Residente com + de 65 anos		N.º de beneficiários CSI activos/População Residente com + de 65 anos	Segurança Social	Parceiros Locais	2007	2008	MTSS
1.7.1.1.	Promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão	Projectos Respostas Integradas	Implementar 4 Projectos de Respostas Integradas	Nº de Projectos de Respostas Integradas implementados	4	Projecto(s) de Respostas Integradas implementado(s) (Sim/Não)	IDT	Parceiros Locais	2007	2009	IDT
1.7.2.1.		Progride	Garantir execução integral das Acções dos projectos PROGRIDE aprovados	% de execução das Acções dos projectos PROGRIDE aprovados	100%	N.º de Acções PROGRIDE executadas / N.º de Acções PROGRIDE programadas	Autarquias	Parceiros Locais	2007	2009	MTSS
1.7.3.1		Contratos Locais de Desenvolvimento Social	Garantir execução integral das Acções dos CLDS dos projectos aprovados	% de execução das Acções dos planos aprovados (Contratos locais de desenvolvimento social)	100%	N.º de Acções CLDS executadas / N.º de Acções CLDS programadas					
1.7.4.1.		Guia de Recursos para a Inserção Social	Garantir a actualização do Guia de Recursos para a Inserção Social no 1.º Semestre de 2008	Guia de Recursos para a Inserção Social actualizado até ao 1.º semestre de 2008	1.º semestre de 2008	Actualização do Guia de Recursos para a Inserção Social (S/N)	CLAS	CLAS	2007	2007	
1.8.1.1.	Criar uma rede de voluntariado	Voluntariado	Garantir que pelo menos metade dos concelhos disponham de Projectos de Promoção Local (Voluntariado)	Nº concelhos com Projectos de Promoção Local	7	Projectos de promoção local criados (Sim/Não)	Parceiros Locais		2007	2009	

2. Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.1.1.1.	Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias	Rede de Equipamentos pré-escolar	Alargar as taxas de cobertura da Rede de Equipamentos Pré-Escolar para: 95% nos 5 anos 85% nos 3/4 anos	Taxa de cobertura da Rede de Equipamentos Pré-Escolar 5 anos 3/4 anos	95%	Taxa de cobertura da Rede Equip. Pré-Esc. 5 anos	DREA	Autarquias e IPSS	2007	2009	ME
					85%	Taxa de cobertura da Rede Equip. Pré-Esc. 3 e 4 anos					
2.1.2.1.		Escola a tempo inteiro – Actividades de enriquecimento curricular (1.º ciclo do ensino básico)	Alargar o horário escolar até às 17h30 em 100% das escolas do 1.º ciclo do ensino básico com oferta de actividades de enriquecimento curricular	% de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico com horário escolar alargado até às 17h30 (com oferta de actividades de enriquecimento curricular)	100%	N.º total de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico com horário escolar até às 17h30 (com oferta de actividades de enriquecimento curricular) / N.º total de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico	DREA	Autarquias e Outros Parceiros Locais	2007	2009	ME

2. Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.2.1.1.	Reforçar o acesso à educação, com vista à promoção da igualdade de oportunidades	Educação/Formação para Jovens	Reduzir para 30% o abandono escolar precoce dos jovens, no âmbito da escolaridade obrigatória	Taxa de abandono escolar precoce dos jovens no âmbito da escolaridade obrigatória	30%	N.º total de alunos que abandonaram a escolaridade obrigatória / N.º total de alunos com idade para frequentar a escolaridade obrigatória	DREA / PETI / PIEF	Segurança Social	2007	2009	ME
2.2.1.2.			Reduzir para metade o insucesso escolar no Ensino Básico	Taxa de insucesso escolar no Ensino Básico		% de redução da Taxa de insucesso escolar EB	DREA		2007	2009	ME
2.2.1.3.			Criar Cursos de Educação/Formação para Jovens (CEF) em todos os concelhos	Cursos de Educação/Formação para Jovens (CEF) criados por concelho	13	Cursos de Educação/Formação para Jovens (CEF) (Sim/Não)	DREA / IEFP		2007	2009	MTSS ME
2.2.2.1.		Programa de Intervenção Mercado de Trabalho Inclusivo	Integrar anualmente 500 pessoas em Acções de Formação, e 620 em Programa Ocupacional para Carentiados (Programa de Intervenção no Mercado de Trabalho Inclusivo)	N.º de pessoas integradas em Acções de Formação	500	N.º total de pessoas integradas em Acções de Formação	IEFP	NLI, Seg. Social ADLs e outros promotores de formação	2007	2009	MTSS
N.º de pessoas integradas em Programas Ocupacionais para Carentiados				620	N.º total de pessoas integradas em Programas Ocupacionais para Carentiados						
2.2.2.2.			Garantir a definição articulada do Plano Pessoal de Emprego (PPE) para 100% dos beneficiários de RSI em idade activa com acordo na área de formação e emprego	% de beneficiários de RSI em idade activa com acordo na área de formação e emprego com PPE definido	100%	N.º de beneficiários de RSI (em idade activa com acordo na área de formação e emprego) com PPE definido / N.º total de beneficiários de RSI em idade activa com acordo na área de formação e emprego	IEFP	NLIs	2007	2009	MTSS
2.2.2.3.		Desenvolver Acções de competências pessoais e sociais e nas TIC associadas aos percursos de inserção profissional para 10% dos beneficiários de RSI em idade activa	% de beneficiários de RSI em idade activa inseridos em acções de competências pessoais e sociais e nas TIC	10%	N.º total de beneficiários de RSI em idade activa inseridos em acções de competências pessoais e sociais e nas TIC / N.º total de beneficiários de RSI em idade activa com acordo na área de formação e emprego	IEFP	NLIs	2007	2009	MTSS	

2. Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.3.1.1.	Reforçar o acesso à formação e ao emprego	Iniciativa Novas Oportunidades	Aumentar em 50% a certificação de alunos nos cursos de via profissionalizante para adultos (modalidades existentes no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades)	% de alunos certificados nos cursos de via profissionalizante para adultos (modalidades existentes no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades)	50%	n.º de alunos certificados nos cursos de via profissionalizante	DREA		2007	2009	ME
2.3.1.2.			Alargar a oferta formativa de cariz vocacional nas escolas profissionais e secundárias públicas, aumentando em 50% o número de jovens abrangidos (modalidades existentes no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades)	n.º de cursos de cariz vocacional nas escolas profissionais e secundárias públicas e n.º de jovens a frequentar os cursos	50%		DREA		2007	2009	ME
2.3.1.3.			Abranger 475 jovens em formação profissionalizante de nível secundário (nas modalidades existentes no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades)	N.º de jovens em formação profissionalizante de nível secundário (modalidades Iniciativa Novas Oportunidades)	475	N.º total de jovens em formação profissionalizante de nível secundário (modalidades Iniciativa Novas Oportunidades)	DREA		2007	2009	ME
2.3.1.4.			Reforçar a oferta de cursos profissionalizantes abrangendo 1379 adultos ao nível do 9.º e do 12.º ano (nas modalidades existentes no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades para adultos)	N.º total de alunos abrangidos pelos Cursos profissionalizantes ao nível do 9.º ano e 12.º ano (modalidades Iniciativa Novas Oportunidades para adultos)	1379	N.º total de alunos abrangidos pelos Cursos profissionalizantes ao nível do 9.º ano e 12.º ano (modalidades Iniciativa Novas Oportunidades para adultos)	DREA		2007	2009	ME
2.3.1.5.			Assegurar o funcionamento de 10 Centros de Novas Oportunidades (CNO)	N.º de CNO's em funcionamento	10	N.º total de CNO's em funcionamento	DREA / IEFPP / ADL		2007	2009	MTSS ME
2.3.1.6.			Garantir anualmente que 1800 pessoas obtenham uma certificação de competências através de processo de R.V.C.C.	N.º total de adultos com certificação através do processo R.V.C.C. no ano X (nos CNO existentes)	1800	N.º total de adultos com certificação através do processo R.V.C.C. no ano X (nos CNO existentes)	DREA / IEFPP / ADL		2007	2009	MTSS ME

2. Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.4.1.1.	Promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão	Micro-crédito	Garantir a divulgação do Micro-crédito em todos os concelhos	Micro-crédito divulgado em todos os concelhos	13	Micro-crédito divulgado nos concelhos (Sim / Não)	Rede Social	Parceiros Locais	2007	2009	
2.4.1.2.			Garantir a existência de uma entidade local interlocutora em todos os concelhos (Micro-crédito)	Entidade local interlocutora existente em todos os concelhos	13	Entidade local interlocutora existente nos concelhos (Sim / Não)	Rede Social	Parceiros Locais	2007	2009	
2.4.2.1.		Programa Escolhas	Garantir a execução integral dos projectos financiados no Programa Escolhas	% de execução dos projectos financiados no Programa Escolhas	100%	% de execução dos projectos financiados no Programa Escolhas	Parceiros Locais	Parceiros Locais	2007	2009	Programa Escolhas - PCM
2.5.1.1.	Promover a melhoria das acessibilidades e informação	Espaços Internet nos concelhos	Alargar o n.º de espaços públicos com acesso à Internet, garantindo um espaço público gratuito em cada freguesia	N.º de freguesias com espaços públicos de acesso gratuito à Internet	83	N.º de freguesias com espaços públicos de acesso gratuito à Internet	Autarquias	Parceiros Locais	2007	2009	MCTES

2. Prioridades de Intervenção

2.3. Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência, imigrantes e minorias étnicas

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
3.1.1.1.	Promover a melhoria das acessibilidades e informação	Rede de Serviços de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência SIM-PD	Implementar um SIM-PD no Distrito	SIM-PD implementado no Distrito	1	SIM-PD (Sim/Não)	CM Beja	SNR	2007		
3.2.1.1.	Reforçar o acesso à educação, com vista à promoção da igualdade de oportunidades	Quadro de Docência de Educação Especial	Abranger 100% das crianças e jovens com necessidades de Educação Especial no Quadro de Docência de Educação Especial	% de crianças e jovens com necessidades de Educação Especial abrangidas pelo quadro de Docência de Educação Especial	100%	% de crianças e jovens com necessidades de Educação Especial abrangidas pelo quadro de Docência de Educação Especial	DREA		2007	2009	ME
3.2.2.1.		Programa de Formação Profissional e Emprego das Pessoas com Deficiência	Promover anualmente a integração de 128 pessoas com deficiência em acções de formação	N.º total de pessoas com deficiência integradas em acções de formação no ano X	128	N.º de pessoas com deficiência integradas em acções de formação no ano X	IEFP	Instituições Locais Empresas	2007	2009	IEFP
3.2.2.2.			Abranger anualmente 12 pessoas em medidas de integração profissional	N.º total de pessoas com deficiência abrangidas em medidas de integração profissional no ano X	12	N.º de pessoas com deficiência abrangidas em medidas de integração profissional no ano X					
3.3.1.1.		Reforçar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio	Intervenção Precoce	Abranger todos os concelhos com equipas de Intervenção Precoce	Equipas de Intervenção Precoce criadas por concelho	13	Equipas Intervenção Precoce (Sim/Não)	Segurança Social / ARS / DREA	Instituições Locais	2007	2009
3.3.2.1.	Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais		Aumentar a capacidade para: 65% em Lar Residencial; 10% em CAO.	Variação percentual do n.º de lugares em Lar Residencial por referência a 31/12/2006	65%	Variação 2006/2007 relativa ao n.º de lugares existentes em Lar Residencial e CAO	Instituições Locais	Segurança Social	2007	2009	MTSS
		Variação percentual do n.º de lugares em CAO por referência a 31/12/2006	10%								

2. Prioridades de Intervenção

2.3. Prioridade 3: Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência, imigrantes e minorias étnicas

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
3.4.1.1.	Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias	Promover Mais Desporto	Garantir o acesso às actividades desportivas escolares a todos os alunos com necessidades educativas especiais	% total de alunos com necessidades educativas especiais com acesso a actividades desportivas escolares	100%	% total de alunos com necessidades educativas especiais com acesso a actividades desportivas escolares	DREA		2007	2009	ME
3.4.2.1.		Escola Itinerante	Definir uma estratégia de implementação até final de 2007- Escola Itinerante	Data da definição da estratégia de implementação - Escola Itinerante	Final de 2007	Data da definição da estratégia de implementação - Escola Itinerante	DREA	NLIs	2007	2009	
3.5.1.1.	Promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão	Observatório Social dos imigrantes e das minorias étnicas	Definir uma estratégia de implementação até final de 2007 do Observatório Social dos Imigrantes e das Minorias Étnicas	Data da definição da estratégia de implementação - Observatório Social dos Imigrantes e das Minorias Étnicas	Final de 2007	Data da definição da estratégia de implementação - Observatório Social dos Imigrantes e das Minorias Étnicas	CLAS	ACIDI	2007	2009	
3.6.1.1.	Promover a melhoria do acesso e as condições de habitação	Parques Nómadas	Definir uma estratégia de implementação até ao 1.º Semestre de 2008 dos Parques Nómadas	Data da definição da estratégia de implementação - Parques Nómadas	1.º semestre de 2008	Data da definição da estratégia de implementação - Parques Nómadas	Autarquias	Governo Civil	2007	2009	